

Avaliação Social

**Subvenção CEPF
104262**

**Centro de Trabalho Indigenista
Articulação dos Povos Timbira para implementação da PNGATI - Brasil
Carolina - MA**



1. Valor da subvenção (Dólares americanos).
\$ 193.499,99
2. Datas propostas para uma subvenção.
01/01/2019 a 30/06/2020
3. Países ou territórios onde o projeto será realizado.
Brasil
4. Data do presente documento: 14/11/2018

5. Povos Indígenas afetados

Os povos denominados Timbira, família linguística Jê, estão situados nos estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Atualmente são representados pelos povos Apinayé, Krahô, Krikati, Gavião Pykobjê, Gavião Parkatejê, Canela Apanjekra, Canela Ramkokamekra, Krepynkatejê, Krênjê .

Os Timbira – com uma população aproximada de nove mil pessoas - caracterizam-se pelo seu «conservantismo» cultural. Apesar de séculos de contato, continuam mantendo a língua como um sistema vivo e operante, a sua organização social e política, a circularidade de suas aldeias, a profusão de seus rituais. Os Timbira, como os demais povos indígenas habitantes do Cerrado brasileiro, vêm enfrentando o desafio de garantir a integridade de seus territórios face à crescente pressão do entorno. A pecuária extensiva de baixa tecnologia, o aproveitamento intensivo dos solos para produção de grãos e eucalipto, são algumas das principais ameaças às Terras Indígenas Timbira.

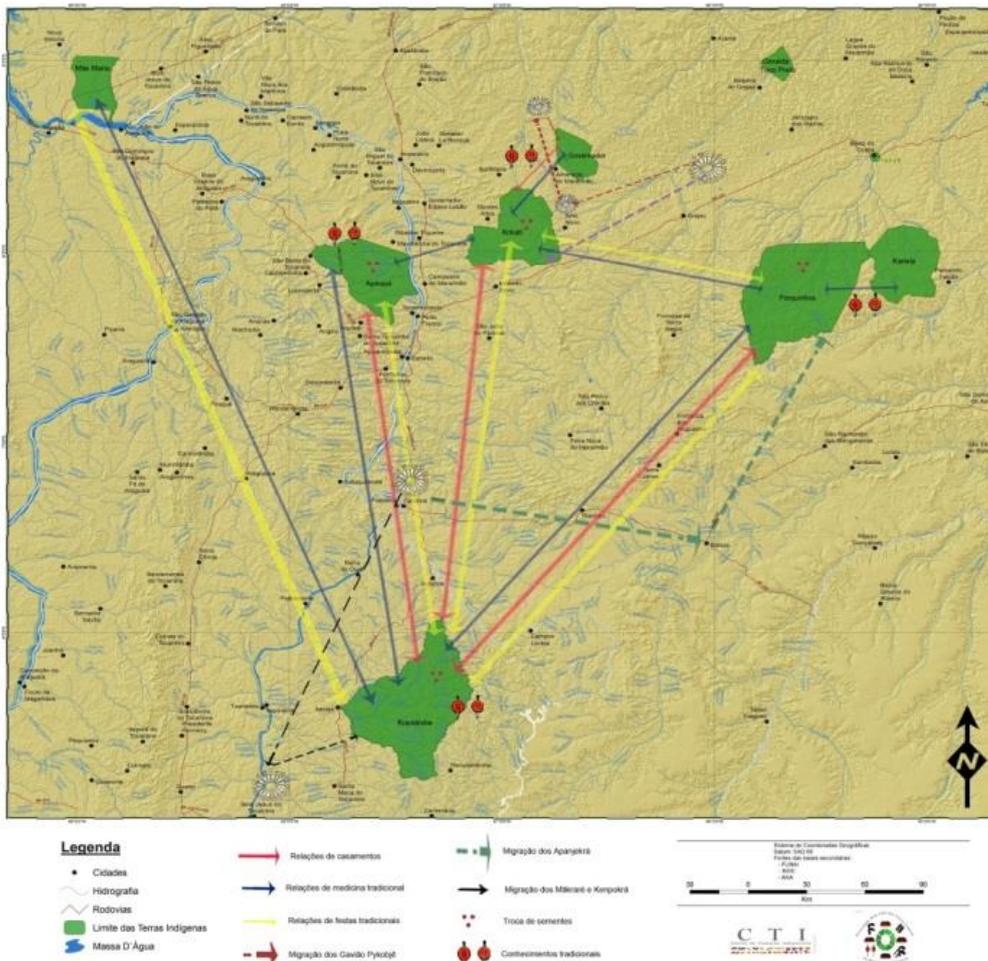
De acordo com o perfil ecossistêmico do Cerrado¹, há, neste bioma, 95 terras indígenas, cobrindo 9.6 milhões de hectares. As maiores áreas intactas de vegetação natural do Cerrado estão nestas áreas. As terras indígenas no Brasil apresentam menores taxas de desmatamento que as demais áreas protegidas manejadas pelo governo, mesmo aquelas de proteção integral.

Na região dos Povos Timbira, centro-sul do estado do Maranhão e no Tocantins (TIs Apinajé, Governador, Kanela, Kraholândia, Krikati e Porquinhos) encontram-se as maiores áreas de Cerrado em transição com a Amazônia. A região objeto deste trabalho faz parte do chamado “Arco do Desmatamento”, onde o avanço de fronteiras agrícolas e extrativistas e a construção de estradas, usinas hidrelétricas e outras obras de infraestrutura traz sérias ameaças e impactos à biodiversidade e serviços ambientais. Segundo dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), só no Maranhão foram desmatados cerca de 2,4 milhões de hectares entre 1988 e 2014.

Ao todo, o *Paiz* Timbira (Nimuendaju, 1946) contempla quase um milhão de hectares de terras regularizadas e que se constituem em importantes reservas da biodiversidade existente no Cerrado. Se considerarmos as áreas em estudo e também as reivindicações já existentes, este número pode crescer de forma significativa, garantindo não só os preceitos constitucionais para “a reprodução física e cultural” destes povos, como também para a manutenção do Cerrado, ambiente bastante ameaçado.

¹http://cepfcerrado.iieb.org.br/wp-content/uploads/2017/06/PR_CERRADO_PROFILE_Technical_SUMMARY_port_revisada-20170804.pdf

Mapa Político do País Timbira



6. Abstract: como fazer seu projeto, com especial ênfase nas atividades implementadas em áreas habitadas e / ou usadas por povos indígenas.

O objetivo geral deste projeto é fomentar a implementação Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI) no Cerrado, por meio da consolidação de uma rede de indígenas Timbira, de modo a reforçar o papel destes povos e seus territórios como importantes áreas de conservação dos recursos naturais e da sociobiodiversidade associadas, respeitadas as questões geracionais e de gênero.

Em estreita parceria com a Associação Wyty Catê das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins, uma instituição que representa diversas aldeias dos territórios Timbira, o projeto contribuirá para o fortalecimento e ampliação desta grande organização e suas interlocutoras, dando-lhe condições para a articulação política e participação efetiva nas tomadas de decisões que afetem seus territórios. Busca, também, empoderar as organizações locais, que permitirá uma maior inclusão social destas comunidades e melhoria de sua qualidade de vida.

A Associação Wyty Catê dos Povos Timbira do Maranhão foi fundada em 1994 a partir da ideia de algumas antigas lideranças Krahô, Krikati, Apinayé, Gavião Pykobjê e Canela sobre a importância de unir os povos Timbira para uma luta articulada pela defesa e sustentabilidade dos seus territórios, para o acesso a políticas públicas e fortalecimento de suas manifestações culturais. A associação atua por meio de intercâmbios entre as aldeias e

reuniões de articulação entre os povos, apoio às ações de gestão territorial e ambiental, e fortalecimento do patrimônio cultural. Busca, também, uma articulação com o movimento indígena regional e nacional, e parcerias com organizações que apoiam a luta dos povos indígenas pela proteção do ambiente em que habitam. Fazem parte da Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado, da Coordenação das Organizações dos Povos Indígenas do Maranhão, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, do Comitê Gestor do Território Etnoeducacional Timbira, da Comissão Estadual de Política Indigenista do Maranhão, além de ser uma das organizações indígenas fundadoras da Rede de Cooperação Amazônica/RCA. E nos últimos anos atuam também como Agência Implementadora do Fundo de Compensação da Usina Hidrelétrica de Estreito.

Componente 1 – Governança e gestão integrada

Promover a articulação e cooperação entre diferentes atores sociais em arranjos institucionais que favoreçam a governança nos processos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas Timbira e unidades de conservação da região, conforme eixo 02 (governança e participação indígena) e 03 (áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas) da PNGATI.

Atividades:

- Fortalecer ou viabilizar a participação de indígenas (jovens e mulheres, em especial) em instâncias de participação regionais relacionadas à conservação (conselhos, comitês gestores, comitês de bacia, fóruns de mudanças climáticas, acesso à ICMS ecológico);
- Realizar viagens a campo com diretoria da Wyty Catê nas sete TIs relacionadas no projeto para atualização de seu PGTA, escolha dos representantes das comunidades que irão participar do curso de formação em PNGATI e articulação e divulgação do “Seminário Regional sobre a implementação da PNGATI”;
- Elaborar 01 informe sobre a implementação da PNGATI nas Terras Timbira. O informe será divulgado eletronicamente e servirá, também, como meio de divulgação das ações do projeto.
- Realizar Seminário Regional sobre a implementação da PNGATI no Norte do Tocantins e Sul do Maranhão, com participação de indígenas e não indígenas;

Componente 2 – Formação para gestão territorial e ambiental

Conceber e implementar Curso de Formação visando consolidar ações de gestão territorial e ambiental, tendo como público alvo jovens indígenas Timbira (mentwajê)

- Realizar 01 Curso de formação em PNGATI para indígenas das TIs Krikati, Governador, Kraholândia, Apinajé, Geralda Toco Preto, Kanela e Porquinhos;
- O curso de formação está estruturado em dois módulos, cada um com duração de 40 horas/aula presenciais, totalizando 80 horas/aula. Todos os módulos buscam articular os seguintes princípios norteadores: 1) conhecer a política; 2) dialogar/possibilitar diálogos; e 3) discutir a gestão; 4) multiplicar conhecimentos e fortalecer as comunidades na proteção de seus territórios.

Componente 03 – Fortalecimento Institucional e gestão do projeto

Instrumentalizar os membros da Associação Wyty Catê das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins e organizações locais para conhecimento, acompanhamento, participação e intervenção em políticas públicas setoriais para povos indígenas, em especial em interface com a proteção de seus territórios, como a PNGATI.

- Promover 02 oficinas de formação política e administrativa para jovens lideranças da Wyty Catê e de, pelo menos, 03 organizações locais. As associações locais serão escolhidas em comum acordo com a Wyty Cate, obedecendo-se os seguintes critérios: ser uma organização que represente o povo indígena e não apenas uma aldeia, ter executado ou ter algum projeto em execução – em especial projetos em consonância com a PNGATI, fazer parte de alguma das TIs contempladas no Projeto.

7. Impactos potenciais: Esta seção avaliará os resultados esperados do projeto (positivos e negativos) sobre os povos indígenas.

Como resultados positivos, esperamos:

- De forma mais ampla, a PNGATI fortalecida nas 07 TIs nos estados do Maranhão e Tocantins;
- Ampliação da área de articulação e representatividade da Wyty Catê em pelo menos mais 04 aldeias, ampliando a rede Timbira para a proteção do Cerrado;
- Processos de gestão integrada de áreas protegidas fortalecidos, com pelo menos 02 representantes indígenas em conselhos e comissões (comitê de bacia, COEPI, comitê gestor de unidades de conservação, dentre outros);
- Formação de pelo menos 30 jovens e mulheres indígenas em cursos e oficinas de capacitação;
- Pelo menos 03 organizações indígenas com autonomia técnica e gerencial fortalecida.
- 01 documento final do Seminário Regional socializado em mídia e redes sociais, favorecendo arranjos institucionais para a gestão territorial e ambiental integradas.
- Pelo menos 20 aldeias envolvidas diretamente nas atividades do projeto (formação de jovens, participação no seminário regional e participação de conselhos e comissões)
- Influenciar as políticas públicas do estado do MA direcionadas para povos indígenas, que elaborou um plano especificamente para essa questão.

Como impactos negativos, podemos apontar:

- Maior exposição de lideranças indígenas que participem de reuniões e mobilizações em prol da questão indígena no contexto político desfavorável.

Como riscos do projeto poderíamos descrever:

- contexto político desfavorável, incluindo criminalização e perseguição da organização proponente e/ou beneficiárias e mudança de dirigentes das aldeias e organizações, podendo atrasar o desenvolvimento de atividades.

8. Preparação participativa: Esta seção descreve a participação das comunidades afetadas durante o processo de inserção de proposições, e é explicada como o consentimento livre, prévio e informado foi obtido.

As discussões e reflexões sobre a melhoria das condições de vida dos Povos Timbira, por meio da autonomia na gestão de seus territórios e de seu patrimônio cultural, começaram na década de 90 e foram fortalecidas no Programa Timbira, que contou com cursos de formação; intercâmbios entre Terras Indígenas; oficinas itinerantes nas aldeias; diagnósticos participativos e etnomapeamentos nas 06 Terras Indígenas em questão; registro, recuperação, classificação e guarda de seu patrimônio cultural; e apoio para o fortalecimento e a difusão de suas manifestações culturais.

O processo de levantamento de informações ambientais, potencialidades e fragilidades dos territórios resultou na elaboração participativa de um **Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Timbira – PGTA** no ano de 2012. As informações foram geridas nas comunidades, os principais responsáveis pela sistematização foram os jovens indígenas *Mentwajê* Ambientais – agentes ambientais Timbira - e as diretrizes foram concomitantemente validadas por caciques e representantes Timbira.

O Plano de Gestão, dividido em quatro eixos temáticos (controle territorial, manejo dos recursos naturais, atividades produtivas e econômicas, e educação para a gestão socioambiental) é amplo, e o processo de discussão que o criou abriu frentes bem mais específicas que devem desde já subsidiar ações concretas. Nesse contexto, foi determinado o enfoque do presente projeto, a partir da concentração de esforços das comunidades/Wyty Catë/CTI em ações específicas e prioritárias presentes no PGTA Timbira.

Em maio de 2017 foi realizada uma reunião de planejamento com os dirigentes da Wyty Cate, que representam as TIs abrangidas por esta proposta, onde se discutiu as ações prioritárias para os próximos anos. O projeto foi construído de acordo com o planejamento quando do lançamento do edital e validado em reunião onde estiveram presentes o Conselho Político, Diretoria da Wyty, lideranças e caciques indígenas Timbira, realizada no Centro de Ensino e Pesquisa Timbira Pempwxjy Hempejxá.

9. Estratégias de Mitigação: Esta seção delinea a prevenção de riscos e fornece benefícios culturalmente adequados .

Serão feitas viagens a todas as terras indígenas envolvidas diretamente no projeto, onde será repassada toda a metodologia das ações propostas, suas finalidades e resultados esperados. Essas visitas serão agendadas previamente com os caciques das aldeias onde serão realizadas reuniões deliberativas quanto às ações do projeto. Os caciques e lideranças de outras aldeias da TI também serão convidados para as reuniões, de modo que o projeto irá fornecer a logística adequada para os deslocamentos. As reuniões contarão com a presença de um assessor indígena que poderá facilitar a tradução para a língua materna e ajudar a tirar dúvidas, quando necessário.

Das sete Terras Indígenas envolvidas diretamente, seis já fizeram seus PGTA's (Plano de Gestão Territorial e Ambiental), e precisam de apoio para executá-lo ou atualizá-lo. Exceto a TI Geralda Toco Preto, que ainda não tem nenhuma aldeia associada à Wyty Catë, e onde ainda não foi feita nenhuma discussão sobre o tema, seja por parte do poder público, ONGs ou outros agentes. Contudo, a proposta é levar novamente as pautas discutidas dos PGTA's para essas áreas protegidas, consolidando os acordos internos já estabelecidos, sobretudo no que concerne ao meio ambiente das TIs.

O fortalecimento dos PGTA's é também a afirmação dos 'acordos internos' construídos pela comunidade. Esses acordos buscam o consenso entre os membros da comunidade quanto ao uso de seus recursos, estabelecendo regras e restrições para reduzir, ou mesmo eliminar, os conflitos e impactos de usufruto coletivo.

Para minimizar os riscos e impactos, procuraremos trabalhar com transparência nas ações, intensificando reuniões de esclarecimento e monitoramento junto às comunidades e organizações. Além disso, é preciso realizar boa escolha de representantes que participarão dos processos de formação, visando a obtenção de alguns bons quadros em curto prazo. E, por fim, dar visibilidade ao projeto e às ações da proponente junto à mídia e opinião pública.

10. Monitoramento e avaliação: Esta seção explicará como fazer a política de salvaguarda sobre os povos indígenas será monitorada e relacionada ao CEPF e / ou à Equipe de Implementação Regional. As metodologias de monitoramento e avaliação devem ser adaptadas ao contexto local, indicadores e capacidade.

Durante o processo de implementação do projeto estão previstas reuniões com os membros da Associação Wyty Cate, para planejamento, monitoramento, avaliação dos resultados,

acompanhamento e controle da execução técnica, administrativa e financeira do projeto. As reuniões podem ser realizadas na sede da Associação Wyty Cate, localizada em Carolina – MA ou nas aldeias associadas, a depender da disponibilidade dos participantes do projeto. Essas atividades de monitoramento também envolverão ações educativas e de capacitação, contribuindo para a construção de uma maior autonomia da organização indígena para a execução e gestão do projeto.

Os agentes ambientais que participarão das atividades de formação terão um papel fundamental nas atividades de monitoramento e avaliação do projeto, tendo em vista que parte de suas atividades inter módulos será a avaliação, junto às suas comunidades, do trabalho realizado.

Os grupos beneficiários receberão assistência técnica *in loco*, por meio da equipe contratada pelo projeto, que se encarregará da implementação e do monitoramento sistemático das atividades em campo, permitindo destarte um melhor acompanhamento dos resultados obtidos ao longo da execução do projeto.

11. Mecanismo de Reclamação:

Em função da presença constante das equipes do CTI em campo e frequentes reuniões realizadas dentro das próprias aldeias, habitualmente já existe dentro do nosso trabalho um canal direto de diálogo e, portanto, também de eventuais reclamações dos representantes indígenas. Ou seja, esse processo faz parte de nossa rotina de trabalho e contribui para alimentar nossas avaliações, planejamentos e estratégias de atuação.

O Mecanismo de Reclamação solicitado será divulgado nas comunidades indígenas e junto às organizações parceiras em diversos momentos:

- Durante as viagens para as aldeias, onde será apresentado todo o projeto, juntamente com o mecanismo de reclamação. O número do telefone do CTI em Brasília será disponibilizado para que os indígenas possam retirar dúvidas, fazer críticas e outras colocações com relação ao trabalho. Os indígenas sabem que esse número admite, inclusive, ligações a cobrar, sem ônus para os indígenas. A forma de socialização dessas informações depende das condições de reunião nas aldeias. Pode ser por meio de cartaz, slides de PowerPoint etc.

- Durante as reuniões de planejamento e monitoramento do projeto junto à Associação Wyty Cate.

- Durante os cursos de formação dos agentes ambientais e das organizações indígenas, onde os endereços eletrônicos e os números de telefone estarão permanentemente disponíveis em um cartaz afixado no local de formação.

O mecanismo será informado aos indígenas em português.

1 - E-mail e telefone do Centro de Trabalho Indigenista:

Fone: +55 (61) 3349-7769

Celular: +55 (61) 98136-6462

Email: contato@trabalhoindigenista.org.br

2 - Informações de contato por e-mail e telefone para a Equipe de Implementação Regional do CEPF:

Email: cepcerrado@iieb.org.br

Fone: +55 61 3248 7449

3 - Informações de contato por e-mail e telefone para o escritório local do Banco Mundial:
 Fone: +55(61) 3329-1000
 Email: informacao@worldbank.org

4 - O e-mail do Diretor Executivo do CEPF: cepfexecutive@conservation.org

Compartilharemos todas as reclamações - e uma proposta de resposta - com a Equipe de Implementação Regional e o Diretor de Concessões do CEPF dentro de 15 dias. Se os requerentes não estiverem satisfeitos após a resposta, eles podem enviar a reclamação diretamente ao Diretor Executivo do CEPF em cepfexecutive@conservation.org ou pelo correio. Se os requerentes não estiverem satisfeitos com a resposta do Diretor Executivo do CEPF, eles podem enviar a reclamação ao Banco Mundial no seu escritório local.

As partes interessadas serão informadas sobre os objetivos do projeto e a existência do mecanismo de reclamação (p. Ex., Cartazes, letreiros, avisos públicos, anúncios públicos, uso de idiomas locais).

Orçamento : Esta seção tem como tema os custos dedicados ao cumprimento da política de salvaguarda sobre Povos Indígenas. Os custos devem estar incluídos no orçamento da subvenção do CEPF e/ ou cobertos por cofinanciamento.

1

Planejamento, Avaliação e Monitoramento do Projeto.			
	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Material de apoio	4	\$54,05	\$216,20
Diária	96	\$57,16	\$ 5.487,36
Passagem aérea	8	\$ 602,20	\$ 4.817,60
TOTAL			\$ 10.521,16

Viagens de articulação nas aldeias			
	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Frete de veículo	49	\$135,14	\$6.621,62
Diárias para articulação nas aldeias	147	\$57,16	\$8.402,84
Alimentação para reuniões nas aldeias	7	\$703,65	\$4.925,54
			\$19.950,00